

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

O “BANCO DO DIABO” COMO PROBLEMA SOCIAL: A CIRCULAÇÃO DA CRENÇA NO PACTO E A DEMONIZAÇÃO DO OUTRO.

GOMES, Wilson de Sousa¹

Resumo: As histórias sobre o pacto com o diabo têm presença em vários tempos e espaços. Nesse trabalho, proponho versar sobre o pacto com o diabo enquanto problema social, tomando Santa Fé de Goiás – GO, como recorte espacial. Recorto as décadas de 1970 e 1980, para falar sobre esse tema. Logo, o objeto de pesquisa é o pacto, em um local denominado “Banco do Diabo”. As ações que resultam das crenças e proposições sobre o lugar, fortalecem a manutenção de fatores culturais de longa data. A localidade, servindo supostamente para os rituais, ganha força no imaginário, contribui para o processo de circulação da crença nos fatores sobrenaturais e influência no campo social. A metodologia está centrada na interpretação documental e historiográfica. O objetivo é contribuir para o debate acerca das representações que evidenciam a tenuidade e contradições que tencionam o tempo sagrado e o mundo histórico. Em certo sentido, na relação entre o sagrado e profano, o “Banco do Diabo”, enquanto recinto de pacto, revela os processos de demonização do outro, nesse caso, da cultura indígena registrada em terreno arqueológico.

Palavras-chave: “Banco do Diabo”; Sagrado; Profano; Histórico.

INTRODUÇÃO

Essa comunicação apresenta resultado e discussões elencadas no trabalho de mestrado concluído no ano de 2015, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás. No Programa de Pós-graduação em História da PUC/GO. A pesquisa foi realizada sobre a orientação do Prof. Dr. Eduardo José Reinato. Em linha gerais, discuti as representações existentes sobre um sítio arqueológico. O interesse da pesquisa não se centrou exatamente no local. Minha curiosidade teve como ponto principal a forma de leitura, a interpretação sobre o local. Apesar de ser uma paisagem interessante e típica do serrado goiano, com pastagens, serras e alguns lugares de mata fechada, o mais interessante é a denominação do lugar de Banco do Diabo.

¹ Doutor em História (UFG). Docente da Universidade Estadual de Goiás UnU Jussara. E-mail: berimbau2005@hotmail.com.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Com isso, a proposta é divulgar e sobretudo, discutir as representações sobre o Banco do Diabo em Santa Fé de Goiás – STFGO. Esse município tem uma população estimada em 4.762 pessoas. O bioma predominante é o cerrado (IBGE, 2019, S/p). A cidade fica a 290 Km de distância da Capital do Estado de Goiás, Goiânia. Logo, em STGO e outros municípios, há uma história corrente. As pessoas dizem que na Serra do Tira Pressa, que fica em uma distância mais ou menos de 10 km da parte urbana da cidade, existe o “Banco do Diabo”. Nela existe a presença marcante de forças sobrenaturais e malignas.

As histórias e relatos narram um enredo carregado de imaginação e representação sobre a serra. Na Sexta-Feira Santa em que a Lua é escura, a meia noite exatamente, acreditam as pessoas, ser possível fazer pacto com o Diabo. É como resultado do tratado obter riqueza, dinheiro e outros benefícios. Tais perspectiva me chamou muita a atenção. Logo, ao deparar com essa realidade cultural, busquei estabelecer uma leitura interpretativa e acadêmica para compreender o efeito simbólico de tais histórias e causos. A meu ver, havia um problema social, um choque, embora representativo e/ou simbólico de culturas.

O embate não era físico, e sim, a cultura cristã e uma outra que, embora ausente, se fazia presente. Por meio de desenhos construídos sobre uma laje de limonita que pertencem à ordem antropomórfica, geométrica e zoomorfas, se faz presente a cultura indígena. As figuras são definidas /classificadas pelos arqueólogos como “GO – JU –11”, o “sítio no lajedo de Santa Fé” (BARBOSA, 1984, p. 26 – 27). Basicamente, o Banco do Diabo registra a passagem de grupos horticultores. Os pesquisadores ainda denunciam que “os supersticiosos afetam as sinalações, acendendo velas sobre as mesmas na expectativa de alcançarem riquezas” (BARBOSA, 1979, p. 67). Embora o arqueólogo não conhecesse o lajedo pela denominação de “Banco do Diabo”, dá testemunho das ações e práticas que povoam o imaginário, a cultura popular e a forma como a cultura indígena é representada.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

O imaginário sobre o Banco do Diabo

Na cultura local, ou mesmo na cultura popular da região, a possibilidade do pacto se caracteriza como um ato, ou mesmo uma expectativa de obter riqueza. Pode ser algo da cultura, ou mesmo uma brincadeira. Mas, em certo sentido colabora para uma construção negativa da cultura indígena existente no lajedo. A imaginação misturada com o imaginário nacional, coloca em evidencia o conflito de culturas.

O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “expressar-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, [...]. O delírio mais elaborado bem como a fantasia mais secreta e mais vaga são feitos de “imagens” mas estas “imagens” lá estão como representando outra coisa; [...] Pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é (CASTORIADIS, 1982, p. 154).

A imaginação, atrelada ao imaginário que negativiza a cultura indígena, exprime não o que existe: uma ação humana em forma de desenhos. Sim, a possibilidade de manifestação de força sobrenaturais. A fantasia e o delírio, de modo secreto, demonizam o outro. O que lá está representado e visto de outro modo. O que se apresenta e percebido diferente do que é. Logo, esses elementos se tornam elementos chave para problematizar o “Banco do Diabo” de Santa Fé de Goiás. As singularidades do objeto estão na proximidade entre um passado que ainda se faz presente. As narrativas sobre o lajedo possuem as marcas que caracterizam os estereótipos em relação a cultura indígena.

Ao desdobrar as percepções e particularidades que historicamente situam ações e práticas que apresentam a longa duração como fundamento das visões de mundo, é identificado a permanência no imaginário local, conforme a historiografia consultada, de narrativas que estão carregadas de um conflito simbólico que ‘revive’ as lutas do passado entre cristãos e pagãos; brancos e indígenas. A cultura ocidental e a outra, a não ocidental. Como seria possível a retirada do dinheiro de um lajedo? De um sítio arqueológico? A meu ver, somente por meio da imaginação. O que nos leva a pressupor que há aqui a existência de ver em uma coisa o que ela não é.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

É um aspecto muito sutil. Porém, contém a força que figura as relações entre o real vivido – o lajedo; e o real imaginado – imaginário sobre o lajedo, entendido como Banco do Diabo. Imaginário e imaginação se misturam na forma de figurar as situações vividas. As práticas e representações sobre o mal coloca em cena semelhanças e particularidades que são representadas como a figura do negro com rabo, da cabra parda, do gato preto e o bode e outros elementos que personificam o diabo ‘materialmente’ segundo Souza (1993, p. 170).

É preciso destacar que aqui não encontramos o confronto físico que caracteriza o encontro e choque entre brancos e índios no passado. O que verificamos é não é o atrito entre os corpos. Os embates têm foco e força no campo da imaginação, da representação produzida pelas narrativas que caracterizam o Lajedo de Santa Fé de Goiás. Ao ser entendido como Banco do Diabo, um lugar de pacto é ressignificado. Um dado importante é que o diabo não foi sempre o mesmo. Com a descoberta da América ele ganha cocares e penas. O indígena passa a vestir as feições daquele que era expulso e combatido na Europa pela cultura cristã (SOUZA, 1993 e 1986). O diabo muda de endereço e características. O ‘bom selvagem’ passa a ser aquele que não tem alma, precisa ser catequizado para entrar na cultura cristã.

Nesse cenário é posto à prova a cultura de um, sobre o outro, a cultura da elite sobre a cultura popular, a cultura branca sobre a cultura indígena. A meu ver, sutilmente a cultura branca nega a cultura indígena ao lhe atribuir uma força sobrenatural. Pela documentação que tive acesso, a problemática pode ser localizada no campo da cultura. Lançar um olhar sobre o “Banco do Diabo” por via da História é entender os “homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 07). Essa ação possibilita uma leitura da relação entre passado e presente. É uma reflexão que diz, ou pode dizer, um pouco do que permanece ou sofreu transformação ao longo do processo histórico.

Por mais que pareça que o passado tenha ficado para trás, em um processo de análise temporal, ele é percebido no presente.

O passado é bastante singular: já passou e, no entanto, ainda está presente. O que aconteceu está naturalmente acontecendo, mas ainda assim não nos damos por satisfeitos. Incessantemente, pomos-nos a

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

rememorar o passado, a interpretá-lo e reinterpretá-lo (RÜSEN, 2011, p. 259).

O processo de interpretar e reinterpretar o passado possibilita compreender o presente. Lança luz sobre as relações históricas e culturais que escondem traumas, momentos marcantes que dão tonalidade ao presente. Sem poder deixar o passado, o historiador é aquele que revela pedaços temporais de como vivemos e podemos viver. O passado, quando posto a serviço da vida não muda o que já foi; o que esta acontecido. Porém, ao discutir o “Banco do Diabo”, não é mudar o passado, é transformá-lo em História e colocá-lo a serviço do que é vital para nós.

Conseguir novos significados, é dar valor e importância a elementos que orientem o imaginário e a imaginação em novas representações. Os significados ganham valor e importância quando orientam os sujeitos no tempo e espaço. O imaginário, enquanto outra realidade, não pode ser compreendido como real. É preciso separar a noção de imagem e imaginação. O “Banco do Diabo”, ao mesmo tempo que aparece como algo sem importância, uma história qualquer, um “mito” ou “lenda”. Em outra via, lhe é atribuído a possibilidade de realização de pacto e a obtenção de riqueza. O imaginário assume outra realidade. Designa de forma oblíqua possível obter riqueza. Enquanto “outra realidade, designada de forma oblíqua ou críptica de acordo com as regras de um simbolismo determinado” pode modificar uma realidade (DUBOIS, 1995, p. 28), que reconheça ou negue a existência do outro.

A demonização do outro

Compreender a demonização do outro, ou a diabolização, é produzir um diálogo com a História e a historiografia. Percebo que os processos históricos de continuidade, de permanência dão combustível as práticas e ações de exclusão. Fica evidenciado que os preconceitos para com a cultura do outro não são criados ou mantidos sem motivações. Para esse objeto, talvez tenhamos um imaginário que exterioriza uma ‘realidade’, alimentada pelos processos de negação do outro.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

A denominação do Lajedo de “Banco do Diabo”, remete a indicação de como a cultura indígena é entendida no sertão. Nesse caso, a cultura indígena é percebida como a marca que exprime a vontade do mal se representar. Com essa leitura, o lajedo de Santa Fé ganha um sentido negativo e sobrenatural. Em outras palavras, o “Banco do Diabo” é transformado em símbolo de negatificação, isso por representar a outra cultura; a cultura que não é reconhecida como uma ação humana e sim das forças do mal (GOMES, 2015, p. 16).

O caráter sobrenatural atribuído, seria a meu ver, uma aproximação entre a representação contida no lajedo e o imaginário evocado. O diabo se faria presente pelas marcas, pelos desenhos deixados na rocha. Contudo, os petróglifos, representam grupos indígenas que passaram pela região em tempos já indos. Presença e ausência são alternados em um jogo de espelhos (GINZBURG, 2001). Mesmo com a prova arqueológica, as pessoas têm dúvidas em ser o sítio arqueológico uma produção humana, ou ser o Banco do Diabo. Lugar de negociação do maligno. O medo de aparecer o “gerente” do banco, motiva as histórias e fantasias sobre o lajedo. Tal fator se constitui como um elemento da cultura local de Santa Fé de Goiás, por um lado, por outro, esconde, mas em nosso caso, revela aspectos do passado que ainda não passou.

Sabemos que no passado

Houve grandes confrontos e ações do governo provincial para combater as “hordas dos selvagens”. Dentre as ações de combate estava o aprisionamento do índio, a catequização e a aceitação do cristianismo como condição para que os povos indígenas pudessem “gozar do benefício social da Religião Católica” e serem úteis para a sociedade por via da submissão e o trabalho regular (GOMES, 2015, p. 17).

Ainda hoje o índio é discriminado, não respeitado, excluído e nem mesmo reconhecido. O passado que passou, mas é ressignificado ainda mantém o indígena como “digno de pena”, “selvagem”, “antropofágico”, feiticeiro, bruxos, e sem cultura. Nessa comunicação, minha reflexão vai na direção de perceber semelhanças. O Banco do Diabo carrega a demonização da cultura indígena. Recorrendo as interpretações de Laura de Mello e Souza (1986 e 1993), quando ela trata do processo de colonização, entendemos que houve a demonização do outro, que não fazia parte da cultura cristã, tal análise nos

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

serviu de exemplo. Dando suporte a minha argumentação, compreendo que as narrativas sobre o Lajedo carregam os processos históricos da nossa formação. Do modo de ver o outro não cristão e a complexidade que envolve o objeto.

A meu ver, o Banco do Diabo revela problemas históricos de longa duração. Como um catalisador de problemas sociais, os conflitos simbólicos e imaginários traduzem os embates culturais. A choque entre cultura diferentes e, nesse caso, a não aceitação da cultura indígena como elemento formador da cultura nacional. Esse aspecto representa a permanência de fatores da ordem excludente e preconceituosa. Diabolizar o outro, e nesse caso, a cultura do outro, é dar um tratamento diferente a cultura que não é cristã; não a aceitando – a . “Afim, palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário. Toda imagem dá a ver [...] todo discurso se reporta a uma imagem mental, assim como toda imagem comporta mensagem discursiva” (PESAVENTO, 2003, p. 86).

Abaixo trago algumas imagens sobre o Lajedo de Santa Fé de Goiás, o popular Banco do Diabo. Abaixo uma fotografia da Serra do Tira Pressa:



Figura 1. Morro/Serra do Tira Pressa. Fonte da Imagem: Gomes (2015)

A Serra do Tira Pressa fica localizada na direção sudoeste do sítio arqueológico. Os desenhos estão gravados sobre o lajedo.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Sobre a limonita, que se apresenta muito porosa, tendo aos arredores pedregulhos de tapiocanga. A limonita encontra-se bastante erodida e está ao nível do solo local, sendo essa erosão provocada pela ação das chuvas, pisoteio do gado, como também por praticantes de religiões afro-brasileiras, que acreditam existir no lajedo um Banco, o qual possibilita riqueza a quem fizer um pacto com o demônio (BARBOSA, 1975, s/p.).

Abaixo, algumas figuras / desenhos do Lajedo de Santa Fé.



Figura 2. Petróglifo. Fonte: Gomes (2015)



Figura 3. Petróglifo. Fonte: Gomes (2015)



Figura 3. Petróglifo. Fonte: Gomes (2015)



Figura 4. Petróglifo. Fonte: Gomes (2015)

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

Os desenhos, as representações gravadas na pedra, são

Gravuras elaboradas sobre a laje de limonita. O estilo [de desenho] é caracterizado pela representação de geométricos [, antropomorfos] e zoomorfos estilizado em grandes dimensões. Gravuras semelhantes em lajedos são bastante comuns nas bacias do Araguaia e do Tocantins (BARBOSA, 1984, p. 34).

Os petróglifos não possuem uma datação exata. Sabe-se que no fim do “século XII aparecem sobre o Araguaia e seus afluentes os cultivadores da mandioca”. Esses pertencem seguramente aos grupos de povos horticultores. Grupos como esses, realizaram “um povoamento denso” no vale do Paranaíba, no sul de Goiás e nas bacias do Rio Claro, afluentes do Araguaia e Rio Vermelho (SCHMITZ, 1979, p. 8 e 9). Os desenhos não possuem uma datação exata, nem uma fácil interpretação do que representariam. Contudo, são representações que remetem ao ambiente natural, a formas geométricas e formas humanas. São gravuras comuns na região e Rio Araguaia e Tocantins.

Considerações finais

Conforme discutido ao longo do texto, compreendo a expressão “Banco do Diabo” como catalizadora de problemas sociais e conflitos culturais. Em certo sentido, representa a permanência de estereótipos. Da ação excludente e preconceituosa de indivíduos que demonizam a cultura do outro. Vistos como diferentes, a cultura dos povos indígenas foi e ainda é classificada como representação da preguiça; do ser selvagem, do indivíduo canibal e outros. Ele seria a própria representação do mal na terra. Assim, as narrativas, as histórias, causos e piadas, são, de modo sutil, uma forma de afirmação de uma cultura sobre a outra.

Afinal, “as palavras e imagens são formas de representação do mundo que constituem o imaginário. Toda imagem dá a ver [...] todo discurso se reporta a uma imagem mental, assim como toda imagem comporta mensagem discursiva” (PESAVENTO, 2003, p. 86). Como a relação com o outro no ocidente geralmente é

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

construída em bases de negação do outro, negar a cultura indígena e não reconhecer a existência e humanidade do outro.

O repertório das histórias traz à luz, as questões relacionadas ao Ocidente Cristão. Por não aceitar uma explicação histórica, arqueológica, antropológica e outras, negativizar o outro torna-se uma forma de dar sentido ao mundo e as coisas do mundo. Negar é o ato de aceitar que ele não faz parte da cultura negada e negativizada. Se não há consideração, reconhecimento, o apagamento para quem nega nem tem a menor importância. “Nessa ação colocar o diabo é retomar os dilemas dessa tradição e cultura onde o bem enfrenta o mal, subjugando-o (GOMES, 2015, 165).

Referências

BARBOSA et ali, Altair Sales. Anuário de Divulgação Científica. v. 10. Goiânia: UCG, 1984. (Universidade Católica de Goiás e Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia).

BARBOSA et ali, Altair Sales. Sítios de Petroglifos nos Projetos Alto-Tocantins e Alto-Araguaia, Goiás. In: Pesquisas. Antropologia nº30. São Leopoldo – RS: s/editora, 1979. (Instituto Anchieta de Pesquisas).

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Goiás: Santa Fé de Goiás. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/santa-fe-de-goias/panorama>. Acesso em 24 de junho de 2022.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Tradução de Guy Reynaud; revisão de Luiz Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica: fundamentos da ciência histórica. Trad: Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.) História, verdade e tempo. Chapecó-SC:Argos, 2011, p. 259-290. (Grandes Temas; 14).

DUBOIS, Claude-Gilbert. O Imaginário da Renascença. Brasília: UNB, 1995.

GINZBURG, Carlos. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 85-103.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et ali. Arqueologia de Goiás: sequencia cultural e datações C-14. In: Sítios de Petroglifos nos Projetos Alto-Tocantins e Alto-Araguaia, Goiás. In: Pesquisas. Antropologia n°30. São Leopoldo – RS: s/editora, 1979. (Instituto Anchieta de Pesquisas).